

## **IPAT**

### **IDENTIFICAÇÃO: CONSOLIDADO**

#### **EXERCÍCIO: 2024**

Considerando os termos do art. 11 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que cuida da previsão de arrecadação, enquanto requisito da gestão fiscal responsável da gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Considerando os termos do parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que cuida da vedação a realização de transferências voluntárias ao ente que não observe o dever de instituir, prever e arrecadar todos os impostos de sua competência constitucional, declaro que o Poder Executivo:

### **1. Instituição e Regularidade dos Impostos em Leis Municipais:**

#### **1.1. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano):**

Mantém a instituição do IPTU, na Lei Complementar Municipal 001/2010, com a constituição do fato gerador, hipótese de incidência, alíquota, sujeito passivo e especialmente critérios para definição da base de cálculo.

#### **Atualização da Base de Cálculo do IPTU no Exercício de 202X:**

Aplicou, durante o exercício, o índice oficial IGPM-FGV, atualizando a base de cálculo do IPTU para o lançamento.

#### **1.2. ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza):**

Mantém a instituição do ISSQN, conforme Lei Complementar Municipal 001/2010, com a constituição fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota e lista de serviços reproduzida em compatibilidade com a LC 116/2003.

### **1.3. ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis):**

Mantém a instituição do ITBI, conforme Lei Complementar Municipal 001/2010, com a constituição do fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota.

## **2. Previsão de Arrecadação dos Impostos na Lei Orçamentária Anual (LOA)**

A Lei Municipal 1.354/2023 – LOA inclui a estimativa de arrecadação para o exercício de 2024, referente aos impostos IPTU, ISSQN, ITBI e Imposto de Renda (IR) retido na fonte.

## **3. Lançamento e Cobrança dos Impostos no exercício**

### **3.1. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano):**

Realizou o efetivo lançamento do IPTU em face de todos os contribuintes que não possuem direito a imunidade ou isenção.

### **3.2. ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza):**

Não tem realizado o procedimento de homologar as declarações de serviços apresentadas pelos contribuintes na emissão da nota fiscal eletrônica.

### **3.3. ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis):**

Realizou os lançamentos do ITBI considerando a boa-fé dos contribuintes, quanto a indicação da base de cálculo e quando não considerou adequada a declaração, instaurou, justificadamente, procedimento próprio para apuração da base de cálculo dos bens imóveis transmitidos considerando as condições normais de mercado.

## **4. Cobrança da Dívida Ativa:**

Realizou a cobrança parcial dos créditos inscritos em dívida ativa tributária, deixando de executar procedimentos

de cobrança, em face de determinado número de contribuintes.

**5. Arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte:**

Realizou a retenção do IR na fonte referente a todos os pagamentos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, bem como sobre rendimentos pagos, a qualquer título, em conformidade a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1234/2012, especialmente quanto a dispensa da retenção estabelecida no art. 4º, desta Instrução.

**6. Adoção de Medidas de Combate à Sonegação e Evasão Fiscal:**

Não tem adotado medidas de combate à sonegação e evasão fiscal, tendo em vista que não realizou qualquer fiscalização tributária no exercício de 2024.

Alessandro Broedel Torezani